

Conhecimento Financeiro em Estudantes de Graduação: Impactos no Comportamento Financeiro e Implicações para a Educação Superior

Financial Knowledge in Undergraduate Students: Impacts on Financial Behavior and Implications for Higher Education


Natan de Souza Marques
Aline Mariane de Faria
Felipe José dos Santos Bastos
Victor Henrique Lana Pinto


RESUMO


O conhecimento financeiro de jovens brasileiros mostra-se aquém da realidade mundial. No entanto, não se sabe como esses conhecimentos reverberam o comportamento desses jovens principalmente no início da vida adulta. Diante disso, esse estudo tem o objetivo de identificar a influência do conhecimento financeiro no comportamento financeiro de alunos de graduação. Para tanto, adotou-se uma metodologia quantitativa, abordando alunos de graduação de três grupos educacionais de abrangência estadual e nacional no Brasil. Os resultados reforçam o baixo desempenho desses alunos em conhecimento financeiro e confirmam que o maior conhecimento em finanças pessoais pode sim influenciar no comportamento desses jovens no ensino superior. Essas constatações ressaltam a importância de revisar e atualizar as políticas de Educação Financeira no Brasil. Acreditamos que também seja importante que as Instituições de Ensino Superior (IES) adotem a temática da Educação Financeira como “Temas Transversais” (TT) em suas unidades curriculares. Assim, esta pesquisa contribui teoricamente ao trazer *insights* do contexto brasileiro para o debate global sobre educação financeira. Apresenta também uma contribuição prática ao enfatizar a influência dos conhecimentos financeiros na tomada de decisão, e também indicar a fragilidade da temática em cursos de graduação, demandando por políticas públicas mais assertivas.


Palavras-chave: conhecimento financeiro; comportamento financeiro; ensino superior.

Recebido em: 15/07/2023
Aprovado em: 19/12/2023

Natan de Souza Marques 
natanmarques@alumni.usp.br
Doutor em Administração
Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo / SP – Brasil

Aline Mariane de Faria 
alinefaria@fei.edu.br
Pós-doutorado em Administração
Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Atuária da Universidade de
São Paulo (FEA/USP)
São Paulo / SP – Brasil

Felipe José dos Santos Bastos 
felipe.bastos@fisa.br
Mestrando em Administração
Fundação Educacional Inaciana Padre
Sabóia de Medeiros, FEI
Santo André / SP – Brasil

Victor Henrique Lana Pinto 
victor.h.lana@ufv.br
Doutorando em Economia Aplicada
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa / MG – Brasil

ABSTRACT

The financial knowledge of young Brazilians is below the global reality. However, it is not known how this knowledge affects the behavior of these young people, especially in early adulthood. So, this paper aims to identify the financial knowledge's influence on these students' financial behavior. This research adopts a quantitative methodology, approaching undergraduate students from three educational groups in Brazil. The results reinforce the low performance of these students in financial knowledge and confirm that greater knowledge in personal finance can indeed influence the behavior of these young people in higher education. These findings highlight the importance of revisiting and updating Financial Education policies in Brazil. We believe that it is also crucial for Higher Education Institutions (HEIs) to adopt the theme of Financial Education as "Transversal Themes" (TT) in their curricular units. Thus, this research has theoretical and practical contributions. First, it contributes theoretically by bringing insights from the Brazilian context to the global debate on financial education. Secondly, it has a practical contribution by emphasizing the impact of financial knowledge on decision-making and indicating the fragility of the topic in undergraduate courses, demanding more assertive public policies.

Keywords: financial knowledge; financial behavior; University education.

Introdução

Entendido como o capital humano adquirido ao longo da vida, o conhecimento financeiro abrange temas como a gestão de recursos, incluindo receitas, despesas e poupança (DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008). Mais do que isso, ele se refere à capacidade do indivíduo de entender e processar informações financeiras (HUSTON, 2010). Esses conhecimentos são passíveis de serem adquiridos ao longo da formação do indivíduo, como no ensino fundamental, médio e superior.

A literatura sobre conhecimento e educação financeira é rica, porém apresenta resultados divergentes (ZHANG; LU; XIAO, 2023). Por exemplo, enquanto Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014) concluem que a educação financeira tem um impacto limitado no comportamento financeiro, Ghafoori, Ip e Kabátek (2021) e Kaiser *et al.* (2022) mostram que ela pode significativamente melhorar o conhecimento e o comportamento financeiro. Além disso, a maior parte dos debates baseiam-se em dados de países desenvolvidos (ZHANG; LU; XIAO, 2023). Em países em de-

envolvimento, como o Brasil, a educação e o conhecimento financeiro são temas ainda emergentes na literatura científica (RIBEIRO; SOUZA; VIEIRA; MOTA, 2021), tornando o seu estudo ainda mais convidativo e necessário.

No Brasil, embora os temas relacionados ao conhecimento financeiro venham sendo formalmente discutidos, os resultados em rankings internacionais não têm sido satisfatórios. O que se percebe, é que o conhecimento financeiro não é adequadamente abordado no ensino fundamental e médio, fazendo com que os jovens de 15 anos, por exemplo, tenham desempenhos inferiores aos de outros países. Para se ter uma ideia, o Brasil teve o pior desempenho no “Programme for International Student Assessment” [PISA]¹ (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2018). Essa avaliação mostrou que apenas 3% desse público no Brasil possui proficiência em conceitos relacionados a finanças pessoais, enquanto em outros países, esse percentual gira em torno de 12% (OECD, 2018). Com isso, é necessário investigar como essa realidade se reverbera em alunos de graduação, uma vez que eles carregam consigo as bases do conhecimento financeiro aprendido ao longo da vida. Ao ingressar na vida adulta, muitos deles percebem a importância dessas habilidades e reconhecem suas deficiências. Assim, os cursos de graduação poderiam ser uma oportunidade para transmitir esses conhecimentos financeiros, mas muitas vezes não o fazem devido ao foco em suas áreas específicas.

Este estudo, portanto, visa responder à seguinte questão de pesquisa: O conhecimento financeiro influencia o comportamento financeiro de alunos de graduação? Por isso, o trabalho tem o objetivo de identificar a influência do conhecimento financeiro no comportamento financeiro de alunos de graduação. Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa adota uma metodologia quantitativa, abordando alunos de graduação de três grandes grupos educacionais no Brasil.

Os resultados reforçam o baixo desempenho desses alunos em conhecimento financeiro e confirmam que o maior conhecimento em finanças pessoais pode influenciar no comportamento de jovens em ensino superior em países em desenvolvimento, como o Brasil. Essas constatações ressaltam a importância de revisar e atualizar as políticas voltadas para a educação financeira no Brasil. Embora o

1 O PISA é uma avaliação criada pela OCDE que se propõe a medir o quão bem os alunos, aos 15 anos, perto de sua escolaridade obrigatória, adquiriram conhecimentos essenciais (incluindo alfabetização financeira) para plena participação nas sociedades modernas (VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019).

conhecimento financeiro seja abordado nas discussões e formulações de políticas públicas², ele não figura nas Diretrizes Curriculares Nacionais [DCN] (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018). Estas diretrizes desempenham um papel crucial na formatação dos cursos de graduação, estabelecendo o perfil do egresso, competências, habilidades, estrutura curricular e sistemas de avaliação (PORTAL MEC, 2023). Além disso, antes mesmo de qualquer reformulação nas DCNs, acreditamos ser importante que as Instituições de Ensino Superior [IES] adotem a temática do conhecimento financeiro como “Temas Transversais” [TT]³ em suas unidades curriculares. Isso é relevante uma vez que há uma fragilidade nessa formação no ensino fundamental e médio no Brasil (OECD, 2020) e é um tema reconhecido como algo crítico para sustentar o crescimento econômico das nações (VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019; KAISER et al., 2022; ZHANG; LU; XIAO, 2023).

Assim, esta pesquisa tem contribuições teóricas e práticas. Primeiro, contribui teoricamente ao estabelecer e verificar relações entre o conhecimento financeiro e o comportamento financeiro, dois conceitos abordados na literatura de maneira isolada, mas cujos resultados demonstraram correlações entre eles. Segundo, possui uma contribuição prática ao enfatizar a influência dos conhecimentos financeiros na tomada de decisão, e também indicar a fragilidade da temática em cursos de graduação, demandando por políticas públicas mais assertivas.

Nas seções subsequentes deste artigo, é delineado o referencial teórico, focando nos conceitos de conhecimento e comportamento financeiro, que fundamentam toda a análise realizada. Neste contexto, também serão apresentadas as hipóteses norteadoras deste estudo. Posteriormente, a seção de metodologia detalha os procedimentos e abordagens adotados para o desenvolvimento da pesquisa, lançando luz sobre como os dados foram coletados e analisados. Na seção de análise dos resultados, será realizada uma abrangente exploração dos dados, incluindo a caracterização dos respondentes, uma análise descritiva e uma avaliação das regressões realizadas. Este segmento permitirá um entendimento das relações

2 Principalmente por meio do Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 (BRASIL, 2020), que busca instituir a Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, revogando assim o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010), que também buscava instituir a Estratégia Nacional de Educação Financeira [ENEF].

3 Temas transversais são “questões sociais consideradas relevantes”, “problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal” (BRASIL, 1997, p.64).

e dinâmicas sublinhadas nas hipóteses do estudo. A seção de discussão propõe um diálogo entre os resultados encontrados e o arcabouço teórico, possibilitando a reflexão e a inferência acerca das implicações e relevância dos achados. E, por fim, as considerações finais retomam os principais pontos discutidos ao longo do texto, consolidando as contribuições da pesquisa e sugerindo caminhos para futuros trabalhos na área.

Referencial Teórico

O referencial teórico deste estudo situa-se na interface entre as temáticas de conhecimento financeiro e comportamento financeiro. Para desenvolver uma compreensão desses tópicos, inicialmente são abordados conceitos gerais para, em seguida, concentrar-se em tópicos mais específicos, culminando em uma argumentação que sustenta as hipóteses propostas.

CONHECIMENTO FINANCEIRO

Apesar de mais de uma década de investigação, os conceitos de conhecimento financeiro e educação financeira permanecem subdesenvolvidos (WARMATH; ZIMMERMAN, 2019; VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019). Esses termos são tratados como sinônimos em vários textos, sendo utilizados indistintamente (MESSY; MONTICONE, 2016; FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014). No entanto, a educação inclui mais do que conhecimento explícito (WARMATH; ZIMMERMAN, 2019).

A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual os indivíduos recebem instruções que melhoram a compreensão dos produtos financeiros, conceitos e riscos (JIN; CHEN, 2020). A partir dessa melhor compreensão, os indivíduos desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras para fazer escolhas informadas, saber onde procurar ajuda e tomar outras ações eficazes para melhorar o seu bem-estar financeiro (JIN; CHEN, 2020). Dessa forma, ela não envolve apenas o entendimento de conceitos financeiros, mas também a aplicação prática desses conceitos no dia a dia (WARMATH; ZIMMERMAN, 2019).

Já o conhecimento financeiro é o entendimento e a compreensão de termos, conceitos e produtos financeiros. Com isso, ele pode ser considerado um componente da educação financeira. O conhecimento financeiro é essencial para que um indivíduo possa compreender opções de investimento, produtos de seguro, impostos, entre outros tópicos relacionados (WARMATH; ZIMMERMAN, 2019).

Esse estudo não foca na educação financeira, mas sim no conceito de conhecimento financeiro que pode abranger uma gama de tópicos, incluindo a compreensão das finanças pessoais, o conhecimento sobre o funcionamento dos mercados financeiros, a avaliação dos riscos e retornos associados a diferentes tipos de investimentos e a conscientização sobre os direitos e responsabilidades dos consumidores em relação a produtos e serviços financeiros (DELGADILLO; LEE, 2021).

A importância do conhecimento financeiro tornou-se mais evidente em face das recentes crises financeiras globais. A falta de compreensão sobre conceitos financeiros básicos pode levar a decisões financeiras inadequadas, resultando em altos níveis de endividamento, inadimplência e até mesmo falência (ZHU; XIAO, 2022). Por outro lado, uma sólida compreensão dos princípios financeiros pode equipar os indivíduos com as ferramentas necessárias para navegar no complexo mundo financeiro, levando a uma maior segurança financeira e bem-estar (WATANAPONGVANICH; KHAN; PUTTHINUN; ONO; KADOYA, 2021).

COMPORTAMENTO FINANCEIRO

Diversos estudos já documentaram de alguma forma o impacto positivo do conhecimento financeiro no comportamento financeiro (KAISER et al., 2022). O comportamento financeiro refere-se às decisões, atitudes e ações de uma pessoa relacionadas ao dinheiro e à gestão de recursos financeiros. Dentro desse âmbito do comportamento financeiro, surgem as decisões financeiras assertivas que são aquelas que ajudam os indivíduos a alcançarem seus objetivos financeiros a longo prazo. Essas decisões podem incluir itens relacionados ao desenvolvimento de poupanças individuais (BERRY, KARLAN; PRADHAN, 2018), e o planejamento da aposentadoria (SMITH, 2016; LUSARDI; MITCHELL, 2011).

Por exemplo, Grinstein-Weiss et al (2015) relacionaram a educação financeira e a formação de poupança. Os autores constatam que os participantes de progra-

mas de desenvolvimento individual que completaram os requisitos de educação financeira têm poupanças médias mensais mais elevadas, índices de poupança/rendimento mais elevados e poupam com mais frequência do que os seus pares que não completaram os requisitos de educação financeira.

Já Ghafoori, Ip e Kabátek (2021) demonstram que a participação em seminários com temática financeira tem um efeito positivo no comportamento esperado de colaboradores. Ao longo de dois anos, os participantes desses seminários geraram contribuições voluntárias adicionais de 6% em fundos de pensões. Além disso, é mais provável que os participantes dos seminários utilizem estratégias de construção de carteiras de investimentos mais complexas para reduzir o risco quando estiverem mais perto da aposentadoria.

Embora a literatura já indique a relação entre educação e conhecimento financeiro e variáveis relacionadas a criação de poupança (GRINSTEIN-WEISS et al., 2015; BERRY, KARLAN; PRADHAN, 2018) e ao planejamento da aposentadoria (SMITH, 2016; LUSARDI; MITCHELL, 2011; GHAFOORI; IP; KABÁTEK, 2021), não foram encontradas pesquisas que relacionem o conhecimento financeiro com reservas específicas para emergência. A criação de reservas para emergências é um aspecto vital de uma boa gestão financeira. Reservas financeiras podem ser entendidas como fundos reservados para cobrir despesas imprevistas ou para ajudar a suportar períodos de instabilidade financeira, como desemprego ou recessão econômica. Proporcionam um amortecedor financeiro, permitindo que os indivíduos lidem com imprevistos sem a necessidade de contrair dívidas ou vender ativos valiosos (WATANAPONGVANICH et al., 2021).

Dessa forma, entende-se que o conhecimento financeiro, da mesma forma que apresenta relação identificada com a criação de poupança e planejamento da aposentadoria, também influencia na formação de reserva de emergência, de onde emerge a primeira hipótese desse estudo:

H1: O maior conhecimento financeiro leva à decisão de ter reservas financeiras para emergências.

Além da decisão de criar poupança e planejamento da aposentadoria, a literatura também já evidenciou que a educação financeira pode levar a decisões

relacionadas ao controle de gastos, como a criação de um orçamento familiar (RI-BEIRO; SOUZA; VIEIRA; MOTA, 2021), a administração prudente da dívida (PORTO; XIAO, 2019; LOPEZ-AGUDO; MARCENARO-GUTIERREZ, 2023), a necessidade de aconselhamento para melhor alocação de gastos em seguros (PORTO; XIAO, 2019), e investimento em ativos financeiros de risco (ZHU; XIAO, 2022).

Essa pesquisa entende que o controle de gastos envolve o acompanhamento, a avaliação e a modificação dos gastos pessoais para garantir que os indivíduos estejam vivendo dentro de suas possibilidades e avançando em direção a seus objetivos financeiros. Nesse sentido, pode incluir a criação de um orçamento, a redução de gastos desnecessários e a priorização de gastos com base em metas financeiras pessoais (ZHU; XIAO, 2022; LOPEZ-AGUDO; MARCENARO-GUTIERREZ, 2023).

Com isso, entende-se também que o conhecimento financeiro eleva a possibilidade de controle de gastos pessoais, refletido na decisão de incluir essa prática em seu comportamento financeiro, postulando a segunda hipótese desse estudo:

H2: O maior conhecimento financeiro leva à decisão de fazer controle de gastos.

Adicionalmente, entendemos que essas duas decisões (desenvolver reservas para emergência e efetivar controle de gastos) podem ser dadas em conjunto, alavancadas pelo conhecimento financeiro do indivíduo. Por isso, desenhamos a terceira hipótese a seguir:

H3: O maior conhecimento financeiro leva à decisão de ter reservas financeiras para emergências e fazer controle de gastos.

A suposição subjacente a estas hipóteses é que o conhecimento financeiro equipa os indivíduos com instruções que geram a confiança necessária para tomar decisões financeiras assertivas (MESSY; MONTICONE, 2016; VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019; KAISER et al., 2022), como a criação de um fundo de emergência e o controle de gastos.

Material e Métodos

Baseada no objetivo estabelecido, a pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa, enfatizando a coleta e análise numérica dos dados, conforme discutido por Sampieri, Collado e Lucio (2013) e Creswell e Creswell (2021). Foi escolhida uma abordagem quantitativa transversal, não experimental, usando a técnica de levantamento (survey) para analisar características e comportamentos de uma amostra em um intervalo de tempo específico, sem repetições futuras.

O estudo investigou alunos de cursos de graduação de três instituições de ensino superior: uma com presença nacional e duas com presença estadual. Os respondentes eram matriculados e frequentes em cursos como: Administração, Engenharia de Produção, Análise e Desenvolvimento de Sistema, Curso Superior Tecnólogo em Gestão Financeira, Curso Superior Tecnólogo em Recursos Humanos, Ciência de Dados, e Engenharia Mecânica. Como o objeto de estudo é o aluno e o conhecimento financeiro que possuem, optou-se por considerar os alunos de graduação destes diferentes cursos, em áreas diferentes.

Considerou-se uma amostragem por conveniência, quando se desconhece a probabilidade de alguns ou de todos os elementos da população pertencerem à amostra (FÁVERO; BELFIORE, 2022). Optou-se por esse tipo de amostragem pela própria delimitação em termos das universidades nas quais a pesquisa aconteceu, sendo inviável o acesso aos alunos de graduação do Brasil de maneira estratificada. Por esse motivo, de acordo com Fávero e Belfiore (2022), o processo amostral não garante que a amostra seja representativa da população, limitação evidente do método escolhido. Fávero e Belfiore (2022) indicam que a amostragem por conveniência é empregada quando a participação é voluntária ou os elementos da amostra são escolhidos por uma questão de conveniência ou simplicidade.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário de autorresposta, disponibilizado via google *forms*. O questionário foi estruturado em quatro sessões, sendo a primeira delas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido [TCLE]. A segunda sessão abordou questões relacionadas com a caracterização dos respondentes. A terceira sessão abordou questões relacionadas com ao comportamento financeiro, e buscou entender as características dos respondentes no tocante a

este aspecto. A quarta sessão abordou questões relacionadas com o conhecimento financeiro do respondente.

A construção das questões constantes nas sessões 2 e 3 foram elaboradas pelos autores com base nas referências utilizadas nesta pesquisa, bem como com o objetivo que se buscou alcançar. As questões abordadas na sessão 4 foram retiradas de uma escala proposta por Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019), que permite compreender o nível de proficiência dos respondentes com relação ao conhecimento financeiro (A tabela 1 detalha as fundamentações utilizadas). O questionário ficou disponível para preenchimento entre 01/04/2023 e 01/09/2023. Foram obtidas 299 respostas, compondo a amostra trabalhada nas análises desta pesquisa.

Tabela 1. Questões do questionário

Sessão	Fundamentação teórica
2. Caracterização dos respondentes	Questões construídas pelos autores
3. Comportamento financeiro	Construído com base em: KAISER et al., 2022; BERRY, KARLAN; PRADHAN, 2018; SMITH, 2016; LUSARDI; MITCHELL, 2011; GRINSTEIN-WEISS et al., 2015; GHAFoori; IP; KABÁTEK, 2021.
4. Conhecimento financeiro	Escala construída por: VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos dados foi realizada, primeiramente, com o auxílio do Microsoft Excel para o tratamento dos dados, e, posteriormente, os dados foram inseridos no Stata Statistical Software®, para as análises das estatísticas descritivas e regressão.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Os resultados da pesquisa representam as respostas de alunos dos cursos de graduação envolvidos na pesquisa, sendo eles: CST em Gestão de Recursos Humanos (47,5%), CST em Gestão Financeira (19,1%), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (13,0%), Engenharia de Produção (11,0%), Administração (7,7%), Ciência

de Dados (1,3%) e Engenharia Mecânica (0,3%). A maior parte dos respondentes cursaram o ensino fundamental (78,6%) e médio (84,6%) em escola pública, e possuem rendas familiares mensais entre R\$ 2.641,00 a 3.960,00 (29,1%); R\$ 1.321,00 a R\$ 2.640,00 (24,4%); de R\$ 3.961,00 a R\$ 6.600,00 (16,4%); de R\$ 6.601,00 a R\$ 13.200,00 (15,4%), sendo essas as principais faixas de renda indicadas.

A maior parte dos respondentes estão cursando a sua primeira graduação (90,0%), enquanto 10,0% avançam com a sua segunda. Também, mencionaram não possuir dependentes (83,6%), demonstrando coerência com a faixa etária mais frequente, onde os respondentes possuem em média 24 anos. Quando considerado o gênero, 59,2% são mulheres e 40,8% são homens. A fonte de renda da família é proveniente, em grande parte, do salário (87,3%), sendo que 69,9% indicaram ser empregado(a) assalariado(a).

Um elemento importante levantado na pesquisa refere-se à escolaridade dos pais, uma vez que podem apresentar algum reflexo no nível de conhecimento financeiro dos respondentes (OECD, 2020). Quando considerado a formação dos pais, os respondentes indicaram que 36,1% dos pais e 33,1% das mães haviam concluído o ensino fundamental, enquanto 36,5% dos pais e 40,1% das mães concluíram o ensino médio. Além disso, 8,4% dos pais e 5,0% das mães não possuem escolaridade.

Quanto à responsabilidade com relação ao provimento de recursos para o pagamento das contas da família, 38,8% indicaram que os pais são os responsáveis por prover os recursos, enquanto 31,4% se mostraram responsáveis juntamente com outro membro da família.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES

Todas as três hipóteses consideram que a variável independente é “maior conhecimento financeiro” (código: “conhecimento”). Para operacionalizar essa variável, foi aplicado um questionário, baseado em Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019), com 13 questões de conhecimento básico em finanças pessoais. Dessa forma, tem-se que um maior número de acertos configure um “maior conhecimento financeiro”. A escala de Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019) foi escolhida por ser uma escala validada em território nacional e, portanto, mais adequada a esse trabalho.

Na hipótese 1, a variável dependente é a “**decisão de ter reservas financeiras para emergências**” (código: “reserva_emergência”). Para opera-

lizar essa variável, tem-se a seguinte questão no questionário: “Você possui alguma reserva de emergência?”, sendo que as respostas possíveis foram “sim” ou “não”, configurando uma variável do tipo dummy. A questão também acompanhava a especificação do conceito de reserva para emergência: “fundos reservados para cobrir despesas imprevistas ou para ajudar a suportar períodos de instabilidade financeira, como desemprego ou recessão econômica”.

Na hipótese 2, a variável dependente é a “decisão de fazer controle de gastos” (código: “controle_gastos”. Para operacionalizar essa variável, tem-se a seguinte questão no questionário: “Você realiza algum tipo de controle dos seus gastos mensais?”, sendo que as respostas possíveis foram “sim” ou “não”, novamente configurando uma variável do tipo dummy. Novamente, a questão também acompanhava a especificação do conceito: “envolve o acompanhamento, a avaliação e a modificação dos gastos pessoais para garantir que os indivíduos estejam vivendo dentro de suas possibilidades e avançando em direção a seus objetivos financeiros”.

Na hipótese 3, a variável dependente é a “decisão de ter reservas financeiras para emergências e fazer controle de gastos” (reserva_controle). Para operacionalizar essa variável, considerou-se o seguinte: “sim” para aqueles que responderam “sim” para as duas perguntas acima e **“não” para aqueles que responderam “não” em ao menos uma das questões acima.**

As variáveis de controle são apresentadas na tabela 1.

Tabela 1. Relação de variáveis de controle

Questão	Código	Respostas possíveis	Tipo
Você cursou o seu ensino médio em:	ensino_pub_priv	- Escola Particular - Escola Pública	Dummy
Quem é o responsável por prover recursos para o pagamento das contas na sua família?	responsavel_familia	- você ou você incluso (Apenas você, ou Você e seu(a) Parceiro(a), ou Você e outra pessoa). - você não incluso (Seu(a) parceiro(a), ou Seus pais, ou Outra pessoa.)	Dummy

Qual a sua idade?	idade	Número	Numérica
Você possui trabalho com renda?	trabalha_com_renda	- Sim - Não	Dummy
Você já teve cursou alguma disciplina de educação financeira pessoal (ensino fundamental, ou ensino médio, ou ensino superior)	disc_finan_pessoais	- Sim - Não	Dummy

Fonte: elaborado pelos autores.

Quando a variável dependente é uma dummy, a regressão mais apropriada a ser utilizada é a regressão logística (HAIR; BLACK; BABIN; ANDERSON; TATHAM, 2009). Por esse motivo, optou-se por essa estratégia estatística. Além disso, para assegurar a confiabilidade e a validade dos resultados obtidos, procedeu-se com uma verificação da multicolinearidade entre as variáveis independentes, conforme recomendado por Hair et al. (2009). Inicialmente, examinou-se a matriz de correlação entre as variáveis, incluindo ‘ensino_pub_priv’, ‘responsavel_familia’, ‘idade’, ‘trabalha_com_renda’ e ‘disc_finan_pessoais’, para identificar possíveis correlações elevadas. Posteriormente, foi realizado o cálculo do Fator de Inflação da Variância (VIF) para cada variável preditora. Os valores obtidos de VIF estiveram bem abaixo do limiar crítico de 5, sugerindo a ausência de multicolinearidade significativa entre as variáveis. Esse procedimento garantiu que cada variável preditora mantivesse sua individualidade estatística no modelo, permitindo uma interpretação mais precisa e confiável das relações entre as variáveis dependentes ‘reserva_emergencia’, ‘controle_gastos’ e ‘reserva_controle’ e as variáveis de controle utilizadas na pesquisa.”

Resultados

Os resultados apresentados nessa sessão estão dispostos em dois momentos: (1) Percepções quanto à educação financeira, investimento e financiamento; e (3) Análise das regressões.

ANÁLISE DESCRITIVA

Quando se fala em finanças pessoais, considera-se uma pessoa educada financeiramente aquelas que conseguem gastar menos do que ganha, e que possuem conhecimentos necessários para tomar decisões com relação a gerenciamento de recursos, principalmente, no tocante a receitas, despesas e poupança (DELANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008; HUSTON, 2010). Dentro dessa perspectiva, 38,8% dos respondentes gastam exatamente o que recebem com a renda mensal, enquanto 36,8% gastam menos do que recebem, e 24,4% gastam mais do que recebem. Essa característica indica que, quase um terço da amostra analisada mostra-se potencialmente endividados e vulneráveis a soluções financeiras que acabam os levando para ações de financiamento ou tomada de dinheiro a custos mais altos, incorrendo em despesas financeiras (juros). Além disso, pouco mais de um terço, representado por aqueles que gastam exatamente o que ganham, não são capazes de formar poupança considerando o estilo de vida que indicaram possuir.

A maior parte (52,5%) indicaram não possuir qualquer reserva de emergência, representada por valores investidos e destinados a eventos não esperados. Geralmente, essa reserva antecede movimentos de aplicações em investimentos marcados pelo longo prazo ou com maiores riscos. Isso acarreta uma maior vulnerabilidade com relação aos imprevistos que podem surgir do ponto de vista financeiro, como consequências, por exemplo, de uma perda de emprego, problemas de saúde e pessoais cuja solução demanda recursos financeiros. Portanto, a reserva de emergência possibilita minimizar ou até mesmo evitar a realização de empréstimos com altas taxas de juros (LEAL; NASCIMENTO, 2011)

De certa forma, essas características demonstram carências de conhecimento financeiro ao longo da vida. Os respondentes indicaram, em sua maioria (83,9%), que não possuíram, ao longo de suas formações no ensino fundamental e médio, disciplinas que abordassem conhecimentos financeiros ou assuntos correlatos, o que mostra a necessidade de políticas como o decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 (BRASIL, 2020). Essa carência, que tem se mostrado uma realidade brasileira, deixa as pessoas vulneráveis a conhecimentos financeiros obtidos no âmbito familiar, o que se torna um ciclo vicioso quando, pela própria resposta dos entrevistados, percebe-se que os pais, principais responsáveis por

essa educação no núcleo da família, possuem qualificações e formações também carentes nesse sentido, conforme apontou as características de formação dos pais apresentadas na subseção anterior, onde 36,1% dos pais e 33,1% das mães possuem o ensino fundamental, e, 36,5% dos pais e 40,1% das mães possuem o ensino médio, sendo que 8,4% dos pais e 5,0% das mães sequer possuem escolaridade.

Os respondentes indicaram ainda que realizam algum tipo de controle dos gastos mensais (77,9% realizam), enquanto 22,1% não realizam nenhum tipo de controle. A elaboração de controles, por mais simples que sejam, mostra-se como o passo inicial para uma vida financeira saudável. Para tanto, em muitos casos, controlar a vida financeira perpassa por adquirir informações com relação a finanças pessoais e a transações operacionais (Huston, 2010). Nesse quesito, 50,8% dos respondentes indicaram que buscam informações sobre educação financeira em vídeos de canais no Youtube ou outras redes sociais, 41,8% deles buscam conselhos familiares sobre esse tema, 16,4% já realizaram algum curso de finanças, seja ele online ou presencial. No entanto, 24% indicaram sequer se interessarem pelo tema.

Com o intuito de verificar a proficiência em conhecimento financeiro apresentada pelos alunos, foram levantadas 13 questões, com diferentes níveis de dificuldades, de acordo com itens propostos por Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019). Os itens 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10 e 11 são referentes a temáticas como conhecimento financeiro básico, envolvendo aspectos corriqueiros como taxa de juros simples e compostos, valor do dinheiro no tempo e operações matemáticas simples, enquanto os itens 5, 6, 7, 12 e 13 abordaram aspectos relacionados com o conhecimento financeiro avançado, envolvendo instrumentos financeiros mais completos (VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019). A tabela 2 detalha os resultados alcançados.

Tabela 2. Frequências relacionadas com educação financeira

Item	Questões	Alternativas	Freq.	(%)
1	Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de cinco anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro	*Mais do que R\$ 150,00.	119	39,80%
		Exatamente R\$ 150,00.	132	44,10%
		Menos do que R\$ 150,00.	25	8,40%
		Não sei.	23	7,70%
2	Suponha que José herde R\$ 10.000,00 hoje e Pedro herde R\$ 10.000,00 daqui a 3 anos. Devido à herança, quem ficará mais rico?	*José.	130	43,50%
		Pedro.	76	25,40%
		São igualmente ricos.	65	21,7%
		Não sei.	28	9,40%
3	Imagine que a taxa de juros incidente sobre sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro	Mais do que hoje.	48	16,10%
		Exatamente o mesmo.	25	8,40%
		*Menos que hoje.	141	47,20%
		Não sei.	85	28,40%
4	Suponha que no ano de 2014 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2014, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda?	Mais do que hoje.	67	22,40%
		*Exatamente o mesmo.	161	53,80%
		Menos que hoje.	40	13,40%
		Não sei.	31	10,40%
5	Considerando-se um longo período de tempo (ex.: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno?	Poupança.	44	14,70%
		*Ações.	151	50,50%
		Títulos públicos.	75	25,10%
		Não sei.	29	9,70%

6	Normalmente, qual ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo?	Poupança.	19	6,40%
		*Ações.	223	74,60%
		Títulos públicos.	25	8,40%
		Não sei.	32	10,70%
7	Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro:	Aumenta.	60	20,10%
		*Diminui.	181	60,50%
		Permanece inalterado.	28	9,40%
		Não sei.	30	10,0%
8	Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos ao final do empréstimo será menor. Essa afirmação é:	*Verdadeira.	148	49,50%
		Falsa.	90	30,10%
		Não sei.	61	20,40%
9	Suponha que você realizou um empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo total com os juros é R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de:	0,3%.	11	3,70%
		0,6%.	54	18,10%
		3%.	22	7,40%
		*6%.	160	53,50%
		Não sei	52	17,40%
10	Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja A oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa?	*Comprar na loja A.	251	83,90%
		Comprar na loja B.	24	8,00%
		Não sei.	24	8,00%
11	Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai obter?	100.	9	3,00%
		*200.	258	86,30%
		1000.	14	4,70%
		5000.	5	1,70%
		Não sei.	13	4,30%

12	Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:	*Verdadeira	221	73,90%
		Falsa.	38	12,70%
		Não sei.	40	13,40%
13	Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe. Essa afirmação é:	*Verdadeira	258	86,30%
		Falsa.	27	9,00%
		Não sei.	14	4,70%

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Nota: alternativas indicadas com * são aquelas consideradas como “corretas” pela escala desenvolvida por Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019).

Observando os resultados apresentados na Tabela 2, é possível compreender um pouco mais o nível de conhecimento financeiro apresentado pelos respondentes. No geral, o nível de acertos com relação aos itens mostra-se dentro de um padrão com taxas que giram em torno dos 50% ou menos, em muitos deles. Especificamente, quando considerados os itens que abordaram o conhecimento financeiro básico, contemplando questões relacionadas com taxas de juros simples e compostos, valor do dinheiro no tempo e operações matemáticas simples, foi possível observar apenas dois itens com um alto índice de acertos (acima de 80%). Esse resultado apresentou aderência aos encontrados por Vieira, Moreira Junior e Potrich(2019) em seus esforços de construção da escala utilizada, pois, eles também identificaram apenas dois itens com percentuais de acerto acima da percentagem mencionada, e os resultados encontrados na pesquisa apresentaram-se inferiores aos encontrados por Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019) para o conjunto de questões básicas.

Quando considerados os itens relacionados com o conhecimento financeiro avançado, os quais buscaram analisar a proficiência dos respondentes no tocante a instrumentos financeiros mais complexos, foi observado apenas um item com alto índice de acertos (acima de 80%), o qual discorre sobre a inflação e seus impactos no custo de vida. Outros dois itens também apresentaram índices altos, porém, abaixo dos 80%, como foi o caso de questões envolvendo a relação risco retorno (73,80% de acertos), e o comportamento das ações ao longo do tempo (74,60% de acertos). Comparativamente aos resultados encontrados por Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019) os percentuais de acertos da amostra analisada foram menores

para quase todos os itens, o que indica índice de conhecimento financeiro abaixo do padrão.

ANÁLISE DAS REGRESSÕES

Nessa subseção, são discutidos os resultados das regressões que perfazem os testes das hipóteses.

Relação entre conhecimento financeiro e a decisão de ter reservas financeiras para emergências.

De acordo com a tabela 3, os resultados da regressão logística mostram que a hipótese 1 é aceita. Com um coeficiente de 0.3855 e um p-valor menor que 0.01, a variável “conhecimento” é significativa ao nível de 1%. Isto sugere que um aumento unitário nessa variável aumenta a probabilidade logarítmica da decisão de ter reservas para emergência ocorrer. Isso condiz com a literatura, ao indicar que um maior conhecimento financeiro serve de inputs para decisões mais acertadas, como a exemplo de um “colchão de liquidez” em momentos de crise (WATANAPONGVANICH et al., 2021).

Da mesma forma, a variável “ensino_pub_priv” (se estudou em ensino privado (1) ou público (0)) está também significativamente associada à variável dependente, evidenciando que o tipo de ensino recebido (público ou privado) influencia a probabilidade de ter uma reserva de emergência, com um coeficiente de 0.9936 e $p < 0.05$. Este resultado ressalta as discrepâncias potenciais entre os tipos de ensino em termos de preparação para o conhecimento financeiro, ressaltando a importância de políticas públicas mais direcionadas para o ensino público.

Em contrapartida, ser o “responsavel_familia” (se o indivíduo é ou não responsável pelas contas familiares) não demonstra ser um preditor significativo da probabilidade de ter uma reserva de emergência, visto que o p-valor associado a esta variável é de 0.802, muito acima do limiar convencional de 0.05. Similarmente, a variável “idade” e a variável “trabalha_com_renda” também não apresentam associações significativas com a variável dependente, demonstrando p-valores de 0.930 e 0.571, respectivamente, o que indica que essas variáveis, no contexto deste modelo, não são determinantes significativos para a posse de uma reserva de emergência.

No entanto, a variável “disc_finan_pessoais” (que indica se o indivíduo teve alguma disciplina de finanças pessoais) apresenta uma relação positiva com a variável dependente a um nível de significância de 10%, indicando que, mesmo que marginalmente, há evidências de que cursar essa disciplina pode influenciar a formação de reservas de emergência.

O modelo como um todo, representado pelo valor Chi-square de 44.78 e um p-valor de 0.002, é estatisticamente significativo, sugerindo que as variáveis incluídas no modelo têm capacidade conjunta de explicar a variação na probabilidade de possuir uma reserva de emergência. Além disso, o Pseudo R-squared de 0.108 indica que, aproximadamente, 10.8% da variação em reserva_emergência pode ser explicada pelas variáveis independentes incluídas no modelo.

Tabela 3. Regressão Logística para a hipótese 1

reserva_emergência	Coef.	St.Err.	t-value	t-value	[95% Conf Interval]	Sig
conhecimento	0.3855	0.072	5.32	0.001	0.2434 0.5274	**
ensino_pub_priv	0.9936	0.383	2.59	0.015	0.2417 1.7455	**
responsavel_familia	0.0687	0.274	0.25	0.802	-0.4693 0.6068	
Idade	0.0017	0.020	0.09	0.930	-0.0383 0.0416	
trabalha_com_renda	-0.2680	0.473	-0.57	0.571	-1.1940 0.6580	
disc_finan_pessoais	0.5155	0.349	1.47	0.098	-0.1695 1.2005	**
constant	-2.8110	0.647	-4.34	0.000	-4.0802 -1.5418	***
Mean dependent var		0.475	SD dependent var		0.500	
Pseudo r-squared		0.108	Number of obs		299	
Chi-square		44.78	Prob > chi2		0.002	
Akaike crit. (AIC)		380.97	Bayesian crit. (BIC)		403.172	

*** p<.01, ** p<.05, * p<.1

Relação entre conhecimento financeiro e a decisão de fazer controle de gastos.

A tabela 4 apresenta os resultados de uma análise de regressão que explora as relações entre as variáveis independentes e a variável dependente “controle_gastos”. A variável “conhecimento” tem um coeficiente de 0.241 e é significativa a um nível de 0.01, indicando uma relação positiva e significativa com a decisão de

realizar controle de gastos. Isso sugere que aumentos no conhecimento estão associados a implementação de controle de gastos, mantendo todas as outras variáveis constantes. Isso reforça a importância do conhecimento na promoção de hábitos de consumo mais responsáveis e no manejo eficaz das finanças pessoais.

As demais variáveis no modelo, “ensino_pub_priv”, “responsavel_familia”, “idade”, “trabalha_com_renda”, e “disc_finan_pessoais”, não são significativamente associadas ao controle de gastos, com p-valores substancialmente acima do limiar de 0.05. Isso implica que, no contexto deste modelo, estas variáveis não são indicadores significativos do controle de gastos.

É interessante notar que, apesar da significância estatística da variável conhecimento, o modelo como um todo tem um Pseudo R-squared relativamente baixo de 0.036. Isso sugere que as variáveis incluídas no modelo explicam apenas uma pequena parte da variação no controle de gastos, e podem existir outros fatores não considerados no modelo que têm influência significativa sobre o controle de gastos.

Além disso, o modelo tem um valor Chi-square de 11.332 com um p-valor de 0.045, o que indica que, em geral, o modelo é significativo. No entanto, o valor do Pseudo R-squared indica que a capacidade do modelo de explicar a variação na variável dependente é limitada, e a pesquisa futura pode procurar incluir outras variáveis potencialmente relevantes para aprimorar a compreensão do controle de gastos.

Em suma, entre as variáveis consideradas, apenas o conhecimento mostrou-se um preditor significativo do controle de gastos, enfatizando a necessidade de intervenções educacionais e iniciativas que visam aprimorar o conhecimento financeiro dos indivíduos para promover hábitos de consumo mais sustentáveis e responsáveis. Dessa forma, de acordo com este modelo, a hipótese 2 desse estudo pode ser afirmada.

Tabela 4. Regressão Logística para a hipótese 2

reserva_emergência	Coef.	St.Err.	t-value	t-value	[95% Conf Interval]	Sig
conhecimento	0.241	0.073	3.30	0.001	0.097 0.384	***
ensino_pub_priv	0.048	0.417	0.11	0.909	-0.770 0.866	
responsavel_familia	0.037	0.316	0.12	0.907	-0.581 0.655	

Idade	0.003	0.024	0.11	0.913	-0.044	0.05
trabalha_com_renda	-0.131	0.516	-0.25	0.799	-1.144	0.881
disc_finan_pessoais	-0.105	0.390	-0.27	0.789	-0.870	0.660
constant	-0.239	0.698	-0.34	0.732	-1.607	1.129
Mean dependent var		0.779		SD dependent var		0.415
Pseudo r-squared		0.036		Number of obs		299
Chi-square		11.332		Prob > chi2		0.045
Akaike crit. (AIC)		316.314		Bayesian crit. (BIC)		338.517

*** p<.01, ** p<.05, * p<.1

Relação entre conhecimento financeiro e a decisão de ter reservas financeiras para emergências e fazer controle de gastos.

A análise de regressão logística evidenciada na Tabela 5 sugere que o nível de conhecimento e o tipo de ensino (público ou privado) são variáveis significativas ao se considerar a capacidade dos indivíduos de manter uma reserva de emergência e realizar controle de gastos, com os coeficientes de 0.386 e 0.750, respectivamente. Notavelmente, um aumento no nível de conhecimento é associado a uma maior probabilidade de manter uma reserva de emergência e ter controle de gastos, enfatizando a importância de conhecimentos financeiros para um comportamento mais responsável. Adicionalmente, a frequência a escolas privadas parece favorecer a probabilidade de realizar tal comportamento, contrastando com as escolas públicas.

Por outro lado, variáveis como responsabilidade pela família, idade, possuir trabalho com renda e disciplina financeira pessoal não apresentaram impacto significativo nesta análise, denotando que tais fatores não influenciam de maneira considerável a probabilidade de manter uma reserva de controle, neste modelo específico.

A constante do modelo é significativamente diferente de zero, com um coeficiente de -3.227, representando a log-odds de manter uma reserva de controle quando todas as variáveis explanatórias são consideradas nulas.

O modelo, embora significativo com um valor de Chi-square de 42.241 e um p-valor abaixo de 0.001, explica aproximadamente 10.4% da variabilidade da variável resposta, conforme indicado pelo Pseudo R-squared de 0.104, sinalizando que outros fatores não inclusos no modelo podem contribuir para a explicação da variabilidade em reserva_controle.

Esses insights reforçam a relevância de políticas educacionais e de promoção de conhecimento como meios para fomentar práticas financeiras mais sólidas e conscientes, e lançam luz sobre a importância de se considerar o contexto educacional ao se examinar comportamentos financeiros.

Tabela 5. Regressão Logística para a hipótese 3

reserva_emergência	Coef.	St.Err.	t-value	t-value	[95% Conf Interval]	Sig
conhecimento	0.386	0.074	5.25	0.003	0.242 0.530	***
ensino_pub_priv	0.750	0.368	2.04	0.042	0.028 1.472	**
responsavel_familia	-0.083	0.276	-0.30	0.764	-0.625 0.459	
Idade	0.014	0.020	0.68	0.497	-0.026 0.054	
trabalha_com_renda	-0.377	0.486	-0.78	0.437	-1.329 0.574	
disc_finan_pessoais	0.476	0.345	1.38	0.168	-0.200 1.152	
constant	-3.227	0.665	-4.85	0.001	-4.531 -1.924	***
Mean dependent var		0.421		SD dependent var		0.495
Pseudo r-squared		0.104		Number of obs		299
Chi-square		42.241		Prob > chi2		0.000
Akaike crit. (AIC)		376.842		Bayesian crit. (BIC)		399.045

*** p<.01, ** p<.05, * p<.1

Discussão

A necessidade de incluir conteúdo de finanças pessoais no ensino superior torna-se mais evidente à luz dos recentes estudos e dados empíricos. Um questionário proposto por Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019), composto por 13 questões em uma escala de conhecimento financeiro, foi aplicado a 299 alunos de graduação, revelando um desempenho insatisfatório no que concerne ao conhecimento financeiro. Esse resultado corrobora com achados anteriores, como aqueles evidenciados pelo PISA realizado pela OCDE, consolidando uma preocupante constatação de déficit em conhecimento financeiro.

Os resultados das regressões enfatizam que um maior conhecimento, medido pela escala mencionada, está intrinsecamente ligado a comportamentos mais assertivos e responsáveis, tais como a implementação de controles de gastos e a

manutenção de reservas para emergência. Adicionalmente, os testes de hipóteses reforçam que a exposição prévia a disciplinas de finanças pessoais propicia decisões mais ponderadas e conscientes.

Estes resultados não apenas reforçam o baixo desempenho dos alunos em conhecimento financeiro, mas também evidenciam como o aprofundamento em finanças pessoais pode impactar substancialmente o comportamento de jovens em ensino superior, mesmo em países em desenvolvimento, como o Brasil. Tal contexto ressalta a crucial necessidade de revisão e atualização das políticas e estratégias de educação financeira em território nacional.

Apesar das crescentes discussões acerca da educação financeira e de sua relevância ser reconhecida nas formulações de políticas públicas, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018), ainda não incorporam esse componente vital. Dada a importância das DCNs na definição de perfis, competências, habilidades, estruturas curriculares e sistemas de avaliação em cursos de graduação, a inserção de educação financeira como um pilar nesses documentos torna-se imperativa.

Ademais, uma alternativa seria que as Instituições de Ensino Superior (IES) internalizassem a temática do Conhecimento Financeiro como “Temas Transversais” (TT) em suas unidades curriculares. Essa estratégia se mostra vital, principalmente quando consideramos as lacunas existentes na formação dos alunos nos ensinos fundamental e médio no Brasil (OECD, 2020). O déficit de conhecimento financeiro é um obstáculo não somente para o desenvolvimento individual, mas também é um elemento crítico para sustentar o crescimento econômico das nações (VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019); KAISER et al., 2022; ZHANG; LU; XIAO, 2023). Nesse sentido, o papel das universidades é pivotal, servindo como propulsores de mudança e promovendo um conhecimento financeiro **sólido**, que habilite os indivíduos a tomarem decisões financeiras informadas e responsáveis.

Conclusão

Este estudo teve o objetivo de identificar a influência do conhecimento financeiro no comportamento financeiro de alunos de graduação. O estudo justifica-se pela cru-

cialidade desse tema no desenvolvimento econômico das nações. Adicionalmente, foi identificado que a literatura possui resultados divergentes (ZHANG; LU; XIAO, 2023) e tem foco em países desenvolvidos (ZHANG; LU; XIAO, 2023), fazendo com que um estudo complementar em um país em desenvolvimento como o Brasil seja imperativo (RIBEIRO; SOUZA; VIEIRA; MOTA, 2021).

Três hipóteses foram testadas. A primeira, que o maior conhecimento financeiro leva à decisão de ter reservas financeiras para emergências (H1); a segunda, que o maior o maior conhecimento financeiro leva à decisão de fazer controle de gastos (H2); e a terceira, que conhecimento financeiro impacta ambas as decisões conjuntamente (H3). Os resultados mostram que, de fato, alunos com mais conhecimento financeiro tendem a fazer melhores escolhas financeiras, corroborando com outros estudos internacionais semelhantes (DELGADILLO; LEE, 2021; GHAFoori; IP; KABÁTEK, 2021; BERRY, KARLAN; PRADHAN, 2018, SMITH, 2016; WATANA-PONGVANICH et al., 2021; PORTO; XIAO, 2019; LOPEZ-AGUDO; MARCENARO-GUTIERREZ, 2023)

Estas descobertas trazem contribuições importantes, tanto teóricas quanto práticas. A nível teórico, o estudo estabeleceu e verificou relações entre o conhecimento financeiro e o comportamento financeiro, dois conceitos abordados na literatura de maneira isolada, mas cujos resultados demonstraram correlações entre eles. A nível prático, os achados sublinham a necessidade de políticas públicas mais robustas e a inclusão do conhecimento financeiro nos currículos de graduação.

Contudo, é importante considerar as limitações do estudo. Foi utilizada uma amostragem por conveniência, que, conforme Fávero e Belfiore (2022), não garante representatividade total da população de estudantes de graduação no Brasil. Para estudos futuros, sugere-se explorar a relação do conhecimento financeiro com outros aspectos do comportamento financeiro, como investimentos em ativos financeiros de risco e alocação de gastos em seguros, elementos já apontados por Zhu e Xiao (2021) e Porto e Xiao (2019) em outros países. Além disso, como sugestão de estudos futuros, uma investigação mais detalhada sobre como inserir efetivamente a educação financeira nos currículos de graduação pode ajudar a desenvolver estratégias mais eficazes para melhorar o conhecimento financeiro entre os jovens.

Referências

- BERRY, J.; KARLAN, D.; PRADHAN, M. The Impact of Financial Education for Youth in Ghana. *World Development*, v. 102, p. 71–89, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.09.011>
- BRASIL. Congresso. *Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BRASIL. Congresso. *Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020*. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental – *Parâmetros Curriculares Nacional: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC, 1997.
- CORDEIRO, J. N. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino Da Matemática Em Debate*, v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 5ª ed. Porto Alegre: Penso. 2021.
- DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. J. *Preparation for retirement, financial literacy and cognitive resources*. Michigan Retirement Research Center. 2008. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1337655>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- DELGADILLO, L. M.; LEE, Y. G. Association between Financial Education, Affective and Cognitive Financial Knowledge, and Financial Behavior. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, v. 50, n. 1, p. 59–75, 2021. <https://doi.org/10.1111/fcsr.12414>.
- FAVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Manual de análise de dados: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel, SPSS e STATA*. 1 Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.
- FERNANDES, D.; LYNCH, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial Literacy, Financial Education, and Downstream Financial Behaviors. *Management Science*, v. 60, n. 8, p. 1861–1883. 2014. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849>
- GHAFOORI, E.; IP, E.; KABÁTEK, J. The impacts of a large-scale financial education intervention on retirement saving behaviors and portfolio allocation: Evidence from pension fund data. *Journal of Banking & Finance*, v. 130, 106195, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2021.106195>
- GRINSTEIN-WEISS, M.; GUO, S.; REINERTSON, V.; RUSSELL, B. Financial Education and Savings Outcomes for Low-Income Participants: Does Age Make a Difference? *Journal of Consumer Affairs*, v. 49, n. 1, p. 156–185, 2015. <https://doi.org/10.1111/joca.12061>
- HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise multivariada de dados*, 6ª ed. Porto Alegre: Bookman. 2009.
- HUSTON, S. J. Measuring Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2, p. 296–316, 2010. <http://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>

- JIN, M.; CHEN, Z. Comparing Financial Socialization and Formal Financial Education: Building Financial Capability. *Social Indicators Research*, v. 149, n. 2, p. 641–656, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11205-019-02248-z>
- KAISER, T.; LUSARDI, A.; MENKHOFF, L.; URBAN, C. Financial education affects financial knowledge and downstream behaviors. *Journal of Financial Economics*, v. 145, n. 2, p. 255–272, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2021.09.022>
- LEAL, C. P.; NASCIMENTO, J. A. R. Planejamento financeiro pessoal. *Revista de Ciências Gerenciais*, v. 15, nº 22. 2011.
- LOPEZ-AGUDO, L. A.; MARCENARO-GUTIERREZ, O. D. Financial Education in Secondary Education: A Cross-Country Analysis. *CESifo Economic Studies*, v. 69, n. 1, p. 21–60, 2023. <https://doi.org/10.1093/cesifo/ifad002>
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning in the United States. *Journal of Pension Economics and Finance*, v. 10, n. 4, p. 509–525, 2011. <https://doi.org/10.3386/w17108>
- MESSY, F.; MONTICONE, C. Financial Education Policies in Asia and the Pacific. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, Paris, n. 40. 2016. <http://dx.doi.org/10.1787/5jm5b32v5vvc-en>
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT [OECD]. *OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion*. OECD Publishing. 2018. Disponível em: <<https://www.oecd.org/financial/education/2018-INFE-FinLit-Measurement-Toolkit.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2023.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT [OECD]. PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money? PISA, OECD Publishing, Paris. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-en>>. Disponível em: 25 abr. 2023.
- PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. *Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação*. 2023. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- PORTO, N., XIAO, J. Financial education and demand for debt counseling advice. *Journal of Personal Finance*, v. 18, n. 2, p. 25–38, 2019.
- RIBEIRO, Q. D. M.; SOUZA, M. C. DE; VIEIRA, N. DOS S.; MOTA, R. C. L. A educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 9, e43310918213, 2021. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18213>
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de Pesquisa*. 5ª ed. Porto Alegre: Penso. 2013.
- SMITH, B. A. Addressing the Retirement Savings Crisis in the United States: *The Role of Employer-Provided Financial Education*. *The Journal of Retirement*, v. 3, n. 4, p. 67–76, 2016. <https://doi.org/10.3905/jor.2016.3.4.067>
- VIEIRA, K. M.; MOREIRA JUNIOR, F. J.; POTRICH, A. C. G. Indicador de educação financeira: Proposição de um instrumento a partir da Teoria da Resposta ao Item. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 40. 2019.
- WATANAPONGVANICH, S.; KHAN, M. S. R.; PUTTHINUN, P.; ONO, S.; KADOYA, Y. Financial Literacy, Financial Education, and Smoking Behavior: Evidence From Japan. *Frontiers in Public Health*, 8. 2021. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2020.612976>

WARMATH D.; ZIMMERMAN, Z. Financial Literacy as More than Knowledge: The Development of a Formative Scale through the Lens of Bloom's Domains of Knowledge. *The Journal Of Consumer Affairs*. v. 53, n. 4, p. 1602–1629, 2019. <https://doi.org/10.1111/joca.12286>

ZHANG, Y; LU, X.; XIAO, J. J. Does financial education help to improve the return on stock investment? Evidence from China. *Pacific-Basin Finance Journal*. v. 78, 101940, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2023.101940>

ZHU, T.; XIAO, J. J. (2022). Consumer financial education and risky financial asset holding in China. *International Journal of Consumer Studies*, v. 46, n. 1, p. 56–74. 2022. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12643>